

«NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES» —uma contribuição para o debate sobre a esquerda

«**S**E há partido onde valeria tudo em termos táticos, esse seria um partido eanista. Um partido ainda sem quadros, sem ideologia, com políticos «independentes» ou desencantados de outros partidos seria palco de guerras terríveis. O perigo do eanismo não é o Eanes, mas o do mito», declarou-nos João Martins Pereira quando lhe solicitámos que comentasse a sua afirmação segundo a qual «ser de esquerda hoje passa por uma condição básica: conseguir não ser eanista, isto é, ser capaz do esforço que isso implica».

A afirmação está contida no seu livro «No reino dos falsos avestruzes, um olhar sobre a política», recentemente editado pela Regra do Jogo. Livro que compreende um olhar sobre a política, sobre a esquerda (a que temos e a que sonhamos), sobre as margens, sobre o pacifismo, sobre os jornalistas, sobre o eanismo, sobre, afinal, a vida. Um livro polémico? De certeza, até porque é constituído por inúmeras interrogações. Um ajuste de contas? O autor admite que seja também um ajuste de contas consigo próprio. Uma reflexão sobre esta democracia cinzenta e rotineira que sem o rasgo da criatividade se acomoda hipócrita à rotina da sobrevivência? Também isso, e igualmente um olhar sobre o nós, a existência que fazemos e construímos no dia a dia. Uma achega para a construção de ideia de esquerda? Também isso, enquanto contribuição para «uma paciente acção cultural e política», na perspectiva de que «todos os elementos da crise portuguesa apontam para um predomínio da «restauração» sobre a «revolução», pois quer se queira quer não, e como já afirmámos noutras ocasiões, não há solução «de esquerda» para o problema português a curto prazo».

Revolução cultural e a ideia de esquerda

Para João Martins Pereira «no curto/médio prazo nos é dado lobrigar, a Esquerda só pode se in-poder (e não o antipoder que a esquerda partidária sem convicção pretende ser) donde decorre que o seu campo de actuação privilegiado é o das ideias».

Assim «é uma «revolução cultural» que está em causa (não apenas em Portugal), no sentido de uma apreensão renovada de tudo, e que tal revolução tem de ser paciente intersticial como o foram todos os sistemas de ideias que, nascidos da realidade social, sucessivamente revolucionaram as sociedades e as civilizações».

Mas o que é a Esquerda? Entre as diversas considerações o autor afirma: A Esquerda deveria ser o campo aberto do debate de ideias, deixando à Direita ser o campo fechado do não-debate de convicções/crenças. Não foi por acaso que sublinhei o dever ser: é que a Esquerda, sendo projecto, só como projecto pode ser pensada. O que não significa que não exista, como alguns pretendem, com isso

não fazendo mais do que revelar que têm da Esquerda uma ideia de Direita. A Direita faz projectos (quando é capaz...), a Esquerda é **ela-própria** projecto, interrogação, descoberta, desejo e exigência moral tanto maior quanto, para ela, a moral só poderá ser, também, moral «contingente» ou «boa fé».

Esta postura ética desenvolve-a João Martins Pereira contrapondo-lhe a «amoraldade» da Direita:

«A Direita, escreve, pode dar-se ao luxo de violar constantemente as suas próprias convicções, para aparentemente cumprir os objectivos que dela decorrem é amoral. A Esquerda, cujo objectivo é o futuro, não se põe a questão de violar ou não o que «há-de vir»: só pode ser «avaliada» pelo rigor das suas propostas, pela sua capacidade de apreensão do «desejo social», pelo exemplo das atitudes dos que dela se reclamam.»

A utopia... sempre

Este livro novo de João Martins Pereira, como de resto toda a sua obra, representa mais uma importante contribuição para um debate (por fazer) sobre a Esquerda. Aceitando que «os partidos são meras forças eleitorais, e só esse domínio lhes interessa, pelo que a sua clareza ideológica só os prejudicaria», o autor declara que «A Esquerda coloca-se, a si própria, **todas as alternativas, e não apenas as que lhe são dadas. É por isso mesmo que, tendo embora de optar, se recusa a optar entre Reagan e Andropov.** (...) Para a Esquerda uma utopia é uma alternativa entre outras, e pode suceder que, em relação a certas questões, seja a única que se lhe ajuste, isto é, seja essa a sua opção. (...) A Esquerda será um «campo de tensão», a tensão do inventor antes da invenção, do descobridor antes da descoberta, do poeta antes do poema — enfim, do criador antes da criação. É esse antes que **necessariamente gera a tensão: a Esquerda sabe que nunca chegará à sociedade perfeita, um pouco como Zenão no paradoxo da tartaruga. É por isso até que a Esquerda não só existe, como **existirá sempre.**»**

Mas se as posições de João Martins Pereira são polémicas em muitos pontos, nomeadamente na abordagem que faz à marginalidade, são afirmativas noutros: «Pensarão alguns, escreve, que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve socialismo real — o socialismo era, então, apenas uma ideia, um projecto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de socialistas, que a esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados.»

José A. Salvador

OBJECTIVA

MAUS AUSPÍCIOS

NÃO são bons os auspícios que presidem ao nascimento do novo Governo. Acumularam-se, durante a semana, factos mais do que suficientes para, em vez de sossegar as inquietações generalizadas dos portugueses, as manter ou agravar; sobejam contradições tão prenhes de conflito a curto prazo e, mesmo, já, desacordos tão profundos em matérias decisivas que, às dificuldades tremendas da situação económica e financeira, somam-se avolumados receios de que a solução preferida para governar o País assumia um carácter transitório ou tenha, para permanecer, que assumir a responsabilidade de convulsões extensas no terreno social e partidário.

Não sendo tão curta como se garante a memória dos homens, um observador atento da nossa vida política estranhará — pelo menos — que, por exemplo a abertura da banca, dos seguros, dos adubos e dos cimentos à iniciativa privada que os Governos AD nunca conseguiram impor, venha agora a realizar-se por mérito da coligação PS-PSD, depois da oposição clamorosa que os socialistas moveram a tal designio no anterior Parlamento; e também não deixará de cismar numa insólita contradição que decorre do tipo de apoios e de discordâncias suscitadas no PSD relativamente ao acordo com o PS.

Não vai há muito, eram os «balsemistas» identificados, dentro e fora do partido, com a verdadeira linha social-democrata, por oposição aos «críticos», aos quais se concedia, em certos casos generosamente, o grau de cavaleiros do liberalismo: ora, com quem negociam os socialistas o acordo de Governo? Com quem vão governar? Negocem com os «críticos», vão governar com os «críticos». Os «balsemistas» franzem o nariz à coligação ou combatem-na. Ocorre perguntar se, quando Mário Soares se refere à proximidade ideológica do seu partido com o PSD está a referir-se aos «social-democratas» ou aos «liberais»; e se, como os factos demonstram, é aos últimos que se refere, de que modo preservará a característica de centro-esquerda que reclama para o novo Executivo.

Tudo questões pertinentes, às quais não nos podemos furtar. Das bandas da UGT, sindicalistas socialistas e social-democratas já disseram o que se lhes oferece sobre o acordo laboral, designadamente no relativo à liberalização dos despedimentos: não. E Torres Couto profetizou: por este andar, o Governo não dura mais de três meses.

P. S. — Já depois de escritas estas linhas, o acordo entre o PS e o PSD tremeu. Porquê? Porque não estava reduzido a escrito um compromisso assumido por Mário Soares perante Mota Pinto, sobre a liberalização dos despedimentos individuais. Foi o líder do PSD quem contou tudo. O recuo do PS parece ter sido para UGT ver, a teima de Mota Pinto é uma precaução. A ética desta política? Não seja inconveniente, leitor.

João Paulo de Oliveira

MENÉRES PIMENTEL

CÓDIGO PENAL É ÚNICA REFORMA ESTRUTURANTE QUE SE FEZ DEPOIS DO 25 DE ABRIL

«Trabalhei com honestidade e sem desfalecimentos. Far-me-ão justiça. Entretanto, vou para o meu «Vale de Lobos». Boa sorte e que Deus ajude Portugal.» O «Vale de Lobos» é o regresso à advocacia por parte do dr. Menéres Pimentel, um dos históricos do PSD, que, após dois anos de permanência do governo, como titular da pasta da Justiça, se afasta, denunciando algum desalento. Ele o confessou. Mas a razão desta curta entrevista era ouvi-lo falar do trabalho produzido e da insistência com que vem defendendo as «reformas estruturais» empreendidas pelo seu Ministério, e do desafio lançado ao seu «eventual» sucessor para dar continuidade a esse trabalho, em vez de fazer uma política «de terra queimada». Nesta insistência visava, afinal, publicitar o seu «testamento político»?

A resposta foi esclarecedora: «Quando se pretende fazer «testamento político» é indispensável que o autor do documento tenha decidido desistir da prática política. Não é este o meu caso e, por outro lado, sem falsas modéstias, não tenho categoria para, ao jeito dos grandes políticos, produzir documentos merecedores dessa qualificação. Fui o primeiro militante do

PSD a ser convidado para integrar o VII Governo Constitucional. O meu grande amigo Francisco Balsemão insistiu comigo para que aceitasse e só lhe coloquei uma condição: — a pasta da Justiça é para intentar a realização de reformas de fundo, estruturais.

Julgo ter conseguido levar a bom termo duas dessas reformas: a legislação penal e a das sociedades comerciais. A pri-

meira foi qualificada por um deputado da oposição (o meu amigo Vilhena de Carvalho) como uma verdadeira revolução das instituições penais e penitenciárias. A segunda não foi publicada no «Diário da República», apenas porque a Assembleia não me aprovou, em tempo útil, «meia dúzia» de preceitos sobre os quais tinha competência exclusiva. Dentro de dias o Ministério da Justiça fará publicar o respectivo livro.

Mas, para além das reformas legislativas referidas, consegui criar as estruturas fundamentais para que o Ministério da Justiça pudesse funcionar em termos aceitáveis. Farei, na segunda-feira, um sintético balanço da minha actividade.»

— Mas por que afirma ser a sua obra indestrutível...?

«Dir-lhe-ei que, na verdade, as modificações que introduzi e os projectos que deixo concluídos não são susceptíveis de serem destruídos, por mais inepto que o futuro governo venha a revelar-se e eu, sem saber ainda qual será o meu sucessor imediato, não acredito nessa inépcia. O recado, no entanto, era dirigido a esse meu sucessor e o objectivo era o de alertar a opinião pública. Afastado, pelo meu próprio partido, de

uma militância activa, continuei atento.

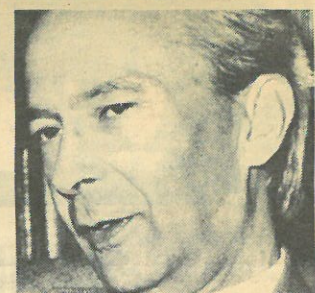
Mas, além das duas grandes reformas a que aludi, deixo ainda aquilo a que, sem imodéstia, posso qualificar como a única organização judiciária digna desse nome concebida no decurso deste século. O Boletim do Ministério da Justiça fará igualmente esta divulgação.»

— O Código Penal suscitou controvérsia, merecendo rasgados elogios e críticas severas. Por exemplo, fala-se de permissividade para os delitos antieconómicos, impunidade para os mixordeiros, etc. Qual a filosofia que o inspirou e que razão dá a tais críticas?

«Não tenho espaço suficiente para delinear a filosofia do novo Código Penal, mas dir-lhe-ei o seguinte: ele assenta «na compreensão de que toda a pena tem de ter como suporte axiológico-normativo uma culpa concreta»: a prevenção especial baseia-se na «participação real, dialogante e efectiva do delincente»; fixou-se o sistema monista, uma vez que medidas de segurança privativas da liberdade só existem para os inimputáveis; a solução do problema dos chamados imputáveis perigo-

so é fundamentalmente conseguida pela introdução da pena relativamente indeterminada; os homens serão sempre um «prius», nunca um «posterius»; a problemática do erro exige que o agente só pode merecer censura ética se tiver actuado com consciência da ilicitude, a não ser que o próprio erro lhe seja censurável; estabelece-se com rigor a fronteira da imputabilidade e da inimputabilidade; acredita-se na reinserção social dos delinquentes; adopta-se um sistema adequado para a delinquência juvenil; cuidou-se, com todo o pormenor, da repressão à criminalidade violenta e organizada.

Muito mais deveria acrescentar, mas devo dizer-lhe que se deixou para a lei avulsa os chamados delitos contra a economia. E essa lei foi concluída aqui neste Ministério. Só que, por razões que não consegui averiguar, ela não foi remetida à Assembleia. Mais recentemente elaborei um diploma, já em vigor, que previne e reprime as infracções contra a genuinidade dos produtos, em moldes inovadores e que foram descritos na Imprensa. E mais: pela primeira vez, com o concurso dominante do Ministério da Justiça, criou-se legislação moderna e eficaz



para os chamados delitos aduaneiros (contrabando, etc.).

As críticas que me têm sido feitas resultam de não ter tido tempo para divulgar e explicar o que fiz. Mas o tempo dar-me-á razão. O Código Penal é a única reforma legislativa estruturante que se fez depois do 25 de Abril.»

— Quanto aos projectos inacabados...?

«O novo Código de Processo Penal é uma exigência muito forte. Dada a queda prematura do Governo não o consegui concluir, mas aqui fica um anteprojecto da responsabilidade do dr. Maia Gonçalves que constitui uma boa base de trabalho. Também será publicado com uma explicação prévia da minha responsabilidade.

Iniciei e fiz publicar dois diplomas sobre o processo civil. Têm sido criticados pelos meus colegas advogados. Mas a Assembleia da República, por unanimidade, ratificou, com emendas, o primeiro deles e seria uma incongruência fazê-lo suspender. O segundo tem medidas inovadoras e muito úteis, conforme é explicado em livro que vai ser posto à venda. Seria péssimo que o inutilizassem.»

M. Gonçalves da Silva